

REINALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

**A DIMENSAO NORMATIVA
DA *RATIO DECIDENDI* NO
SISTEMA PROCESSUAL
CIVIL BRASILEIRO**

Londrina/PR
2024


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação
na Publicação (CIP)**



Filho, Reinaldo Rodrigues de Oliveira A
dimensão normativa da *ratio decidendi* no
sistema processual civil brasileiro. / R
inaldo Rodrigues de Oliveira Filho.
—Londrina, PR: Thoth, 2024.

340 p.

Bibliografias 23-340

ISBN: 978-65 59 9-675-1

1 Sistema processual civil brasileiro 2
Paradigma decisório. 3 *Ratio decidendi*. I
Fítilo.

(DD 341.46

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Eveline Denardi

Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves
Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.
Tiago Caversan Antunes

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil: 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais
é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são
reservados pela Editora Thoth. A Editora
Thoth não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	15
INTRODUÇÃO.....	21

CAPÍTULO 1

MARCOS TEÓRICOS (PROPEDÊUTICOS) SOBRE O DIREITO.....	27
1.1 Planos de observação e investigação do fenômeno jurídico	28
1.1.1 O direito positivo e a ciência do direito.....	30
1.1.2 Direito e linguagem	31
1.1.3 A perspectiva constructivista do direito	33
1.1.4 O ordenamento jurídico e seus elementos estruturantes.....	35
1.1.5 A função dos princípios e valores no sistema jurídico.....	38

CAPÍTULO 2

A (RE)CONFIGURAÇÃO DAS FONTES NO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO	41
2.1 A matriz constitucional processual.....	42
2.1.1 Tutela processual e proteção de direitos.....	45
2.2 Os princípios constitucionais processuais.....	47
2.2.1 O <i>due process of law</i>	47
2.2.2 O acesso à ordem jurídica justa (art. 5.º, XXXV, da CF/1988).....	49
2.2.3 A consolidação do contraditório participativo	51
2.2.4 A fundamentação decisional qualificada	53
2.2.5 O duplo grau de jurisdição	54
2.3 A regra jurídica processual.....	56
2.4 Prática consuetudinária e universo processual.....	61
2.5 A doutrina e sua relevância dogmática	63
2.6 Por uma abordagem reconstrutiva da teoria das fontes.....	65

CAPÍTULO 3

O PROCESSO DE POSITIVAÇÃO DA NORMA JURÍDICA.....	69
3.1 Norma jurídica – conceito	70
3.2 Disposição normativa e norma jurídica em sentido estrito	72
3.3 A norma jurídica e seus elementos estruturantes.....	73
3.4 Planos dimensionais da norma jurídica	75
3.4.1 O plano da existência	75
3.4.2 O plano da validade	79
3.4.3 O plano da vigência	83
3.4.4 O plano da eficácia	85

CAPÍTULO 4

A PADRONIZAÇÃO DECISÓRIA NO BRASIL (MOLDURA EM CONSTRUÇÃO●).....	89
4.1 A tutela jurisdicional na atualidade (desafios e dificuldades).....	90
4.2 Sistema de justiça, eficiência e efetividade do processo	92
4.3 O plano de valoração da atividade jurisprudencial (da persuasão à vinculatividade)	97
4.3.1 As súmulas no ordenamento jurídico brasileiro.....	98
4.3.2 O incidente de uniformização da jurisprudência.....	100
4.3.3 A tutela coletiva dos direitos metaindividuais e o efeito <i>erga omnes</i> de suas decisões	102
4.3.4 O efeito (amplificado) das decisões proferidas em sede da jurisdição constitucional.....	107
4.3.5 As inovações legislativas promovidas no sistema recursal e a ampliação dos poderes do relator	109
4.3.6 Súmula vinculante (STF) e padronização decisória	110
4.3.7 Recursos Especial e Extraordinário Repetitivos	113
4.4 Atividade judicial decisória e projeção normativa.....	117

CAPÍTULO 6

A SISTEMATIZAÇÃO DOS PARADIGMAS DECISÓRIOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	121
5.1 O modelo decisório vinculativo no Brasil.....	122
5.1.1 Segurança jurídica	123
5.1.2 Unidade do direito	126
5.1.3 Estabilidade e previsibilidade	128
5.1.4 Isonomia diante da decisão judicial.....	132
5.1.5 Integridade e coerência	136
5.2 O dever de observância ao precedente vinculante (independência funcional	

do julgador?).....	139
5.2.1 O (livre) convencimento ou persuasão (racional) do julgador na atual quadra normativa processual	142
5.2.2 O dever de observância ao precedente	144

CAPÍTULO 6

A <i>RATIO DECIDENDI</i> NO DIREITO BRASILEIRO (DIMENSÃO SINTÁTICA)	149
6.1 Atividade decisória no processo civil brasileiro: a fundamentação como matriz normativa.....	150
6.1.1 Decisões paradigmáticas (vinculativas) e o lastro normativo extraído nas ordenações do reino português.....	158
6.2 Dimensões conceituais e a necessária precisão terminológica.....	162
6.2.1 A súmula e a adequada perspectiva significante: projeção vinculante e persuasiva.....	162
6.2.2 Precedente e paradigma decisório no sistema processual brasileiro	166
6.3 A natureza jurídica da <i>ratio decidendi</i> (regras/fundamentos e/ou princípios determinantes).....	172
6.3.1 A <i>ratio</i> na perspectiva metodológica de Melvin Aron Eisenberg.....	188
6.3.2 A <i>ratio</i> na perspectiva metodológica de Arthur L. Goodhart.....	190
6.3.3 A <i>ratio</i> na perspectiva metodológica de Eugene Wambaugh.....	192

CAPÍTULO 7

O PROCESSO DE POSITIVAÇÃO DA <i>RATIO DECIDENDI</i> (DIMENSÃO SEMÂNTICA)	195
7.1 O controle de aplicabilidade dos paradigmas decisórios no direito brasileiro.....	196
7.1.1 A construção e a natureza normativa da <i>ratio decidendi</i> (plano da existência <i>versus</i> positivação).....	198
7.2 Espécies normativas e <i>ratio decidendi</i> : a perspectiva pela natureza jurídica.....	206
7.2.1 A argumentação aberta e a decisão qualificada (plano da validade da <i>ratio decidendi versus</i> legitimação democrática)	216
7.2.2 As técnicas de aplicação e fortalecimento da <i>ratio decidendi</i> (plano da vigência <i>versus</i> distinção e superação).....	222
7.2.3 A amplitude temporal e espacial da <i>ratio</i> (plano da eficácia <i>versus</i> modulação).....	235

CAPÍTULO 8

A <i>RATIO DECIDENDI</i> E SUA PROJEÇÃO TÉCNICA-PROCESSUAL (DIMENSÃO PRAGMÁTICA)	245
----------------------------------------------------------------------------------------	-----

8.1 Técnicas de aceleração do procedimento.....	245
8.2 A técnica procedimental de improcedência liminar do pedido.....	247
8.3 A tutela jurisdicional provisória e sua correlação ao paradigma decisional....	250
8.4 Remessa necessária (dispensa) e eficácia decisional.....	255
8.5 Atuação monocrática e poder decisional do relator	257
8.6 O julgamento da apelação e a aplicação (<i>per saltum</i>) do paradigma decisório.....	262
8.7 Ação rescisória e o descumprimento da norma jurídica universalizante.	265

CAPÍTULO 9

A <i>RATIO DECIDENDI</i> E A DIMENSÃO TECNOLÓGICA DO PROCESSO.....	269
9.1 O processo na perspectiva instrumental tecnológica	269
9.2 A introjeção tecnológica no universo do direito	270
9.2.1 A utilização de ferramentas tecnológicas no ambiente processual civil brasileiro.....	272
9.3 Inovações tecnológicas e garantias processuais: em busca de harmonização.....	275
9.3.1 Devido processo legal (art. 5º, LIV, da CF/1988) e a utilização da tecnologia.....	278
9.3.2 Acesso à ordem jurídica justa (art. 5º, XXXV, da CF/1988)	280
9.3.3 Garantia do tratamento paritário ou da igualdade das partes (art. da CF/1988 e art. 7º do CPC/2015)	282
9.3.4 A garantia integral ao contraditório participativo (arts. 7º, 9º e 10 do CPC/2015)	282
9.4 Inteligência artificial e âmbito decisional.....	284
9.5 Atividade interpretativa e automação decisória.....	290
9.6 Algoritmos e identificação da <i>ratio</i>	293
CONCLUSÃO.....	299
REFERÊNCIAS.....	323